



## Mineração, Quilombos e Engenhos: Análise da Paisagem em Vila Boa, Goiás, Brasil

Julio Cezar Rubin de RUBIN<sup>1</sup> & Marcos André Torres de SOUZA<sup>2</sup>

**Resumo:** A mineração no estado de Goiás no século XVIII, especialmente na região da antiga Vila Boa, atualmente Cidade de Goiás, é objeto desta investigação que aborda a mineração, os quilombos e os engenhos, a partir de elementos da paisagem ou do ambiente, como geologia, geomorfologia e classes de solos. Utiliza-se da Arqueologia histórica e da Geoarqueologia, que permitem reflexões, considerações e hipóteses, por exemplo, em relação à descoberta das áreas de exploração e aos procedimentos adotados nas escolhas dos espaços das comunidades quilombolas. A metodologia utilizada fundamentou-se na análise dos mapas temáticos mencionados e das informações resultantes das pesquisas de Arqueologia histórica na região. A compartimentação da paisagem, singularmente a Serra Dourada, as terras baixas que a delimita ao sul, os afloramentos de rochas mineralizadas e os depósitos aluvionares resultam de um contexto profícuo em relação à extração mineral, uma vez que envolve área fonte, depósitos secundários, processos erosivos e deposicionais e dinâmica superficial. No que tange aos quilombos, cuja existência pôde ser notada por meio de indícios toponímicos e arqueológicos, a secessão da paisagem também é relevante, uma vez que se encontra em relevo dissecado com vales encaixados, mais adequados à proteção. As localizações dos engenhos são estratégicas, principalmente quanto às proximidades dos cursos d'água e aos deslocamentos. Os resultados obtidos indicam intencionalidades estratégicas e conhecimentos técnicos, procedimentos relacionados às alterações na dinâmica da paisagem capazes de produzir consequências negativas para a atividade mineradora ou para a disponibilidade de recursos hídricos. Esse contraste reflete na forma predominante de práticas da mineração brasileira que exploram os meios naturais, afetando o cenário paisagístico.

**Palavras-chave:** Arqueologia histórica; Geoarqueologia; Serra Dourada.

**Abstract:** Mining activity in the eighteenth-century Goiás, and especially in the region of former Vila Boa (the present day City of Goiás), is the object this investigation that discusses about mining activities, slave runaway settlements and plantations, considering landscape components such as geology, geomorphology and classes of soil. Historical archeology and geoarchaeology are used, which allow reflections, considerations and hypotheses, for example, in relation to the discovery of the areas of exploration and the procedures adopted in the choices of the spaces of the quilombola communities. The methodology used was based on the analysis of the thematic maps mentioned and the

<sup>1</sup> Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás

<sup>2</sup> Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

*information resulting from the research of historical Archeology in the region. The subdivision of the landscape, especially Serra Dourada, the lowlands that delimits it to the south, outcrops of mineralized rocks and alluvial deposits result from a favorable context in relation to mineral extraction, since it involves source area, secondary deposits, processes erosive and depositional processes and surface dynamics. As far as the quilombos are concerned, the secession of the landscape is also relevant, since it is in relief dissected with embedded valleys, more suitable for protection. The locations of the mills are strategic, especially in the vicinity of water courses and displacements. The results indicate strategic intentions and technical knowledge, procedures related to changes in landscape dynamics that can have negative consequences for mining activity or the availability of water resources. This contrast reflects the predominant form of Brazilian mining practices that exploit natural environments, affecting the landscape scenario.*

**Keywords:** *Geoarchaeology; Historical archaeology, Serra Dourada.*

## 1. INTRODUÇÃO

A mineração no estado de Goiás no século XVIII, especialmente na região da antiga Vila Boa, atualmente Cidade de Goiás, é objeto desta investigação que enfoca a mineração, os quilombos e os engenhos, a partir de elementos da paisagem ou do ambiente, como geologia, geomorfologia, topografia, classes de solos e rede hidrográfica. A perspectiva envolve Arqueologia histórica e paisagem e se utiliza dos princípios da Geoarqueologia e da Arqueologia da paisagem. A análise permite reflexões, considerações e hipóteses em relação à descoberta das áreas de exploração e aos procedimentos adotados nas escolhas das áreas pelas comunidades quilombolas e dos engenhos. O texto, fundamentado em SOUZA & RUBIN (2018, p. 2-3),

*Envolve uma análise sobre a marcha de expansão das unidades rurais que foram criadas no núcleo pioneiro de ocupação em Goiás nos seus momentos iniciais. No nosso estudo, pretendemos ir além da chamada “paisagem social”. Dominantes na*

*Arqueologia histórica, os estudos que se servem dessa perspectiva têm levado em conta apenas o componente humano ou social da paisagem. Aqui levaremos em conta também seus componentes naturais que, conforme pretendemos demonstrar foram fundamentais na sua construção.*

A possibilidade de tratar a paisagem na perspectiva deste artigo insere e discute recursos do meio físico em relação às opções, aos direcionamentos, às escolhas e às formas de sua utilização pelos grupos humanos, com um recorte temporal favorecido pelos registros históricos. O recorte espacial refere-se ao segmento ao sul da Serra Dourada, ocupado pelos colonizadores, a partir do início do século XVIII, sendo esse período concentrado entre 1726 e 1765.

A Serra Dourada integra o Parque Estadual da Serra Dourada cuja “área é de então 30 mil hectares, entre a GO-070 e a rodovia que liga o município Cidade de Goiás aos de Mossâmedes e Buriti de Goiás” (LIMA, 2004, p. 83), distante aproximadamente 175Km de Goiânia.

A descoberta de ouro em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, entre 1680 e 1725, além de ter transformado o vínculo entre o Brasil e a Coroa portuguesa, deu início à apropriação ou exploração dos recursos naturais, intensificada pela mineração. É possível aventar a hipótese de que esse momento foi marcante pelas alterações antrópicas na rede hidrográfica, nos desmatamentos, nos processos erosivos, nos assoreamentos e na formação de depósitos tecnogênicos, principalmente os construídos e os modificados, esses últimos, conforme caracterizados por autores como OLIVEIRA (1994) e RUBIN et al. (2008).

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos fundamentaram-se na análise dos mapas de geologia, geomorfologia, solos, rede hidrográfica, topografia e cobertura vegetal, além de imagens de satélite, informações resultantes das pesquisas de Arqueologia histórica na área e acervos públicos. A compartimentação da paisagem, especialmente a Serra Dourada, as terras baixas que a delimita ao sul, os afloramentos de rochas mineralizadas e os depósitos aluvionares estruturaram o contexto analisado sobre mineração, uma vez que envolve área fonte, depósitos secundários, processos erosivos e deposicionais, além da dinâmica superficial. Em relação às áreas de quilombos e dos engenhos, a topografia, os tipos de solos e a rede de drenagem foram relevantes, principalmente quanto a proximidades dos cursos d'água e a deslocamentos.

A análise das variáveis foi realizada, inicialmente setORIZADA para mineração, quilombos e engenhos, a

partir da qual foi possível uma visão geral da mesma sob diferentes perspectivas, sendo construída a correlação entre a ocupação da área e a paisagem.

## 3. RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos estão discutidos em três períodos estabelecidos: 1726 a 1745, 1746 a 1755 e 1756 a 1765, para mineração, quilombos e engenhos, mas, em determinados momentos, algumas transversalidades são realizadas, uma vez que a paisagem é o elemento condutor. As informações relacionadas com hipsometria, geologia, geomorfologia e pedologia se inscrevem nas figuras 1 a 4.

### 3.1 Período 1726-1745

Deve-se ressaltar, como referência importante quanto ao tema, o início da mineração em aluviões auríferos em Minas Gerais no século XVII com a participação de escravos africanos que, segundo SILVA (1995), teriam conhecimentos técnicos que favoreceram a exploração. Em Goiás, Bartolomeu Bueno da Silva descobriu depósitos auríferos nas nascentes do rio Vermelho e, em 1726, ocorreu a fundação da Vila de Sant'Anna (posteriormente Vila Boa e Cidade de Goiás), Ferreiro, Ouro Fino e Barra, advindo, com isso, o surgimento na área da primeira zona mineradora.

Para a discussão proposta, considera-se que a zona mineradora estava associada a rochas como metaconglomerado do Grupo Serra Dourada (unidade B) contendo ouro e diamante. Nessa zona, também afluíam quartzito e metaconglomerado do Grupo Goiás Velho (sequência Serra

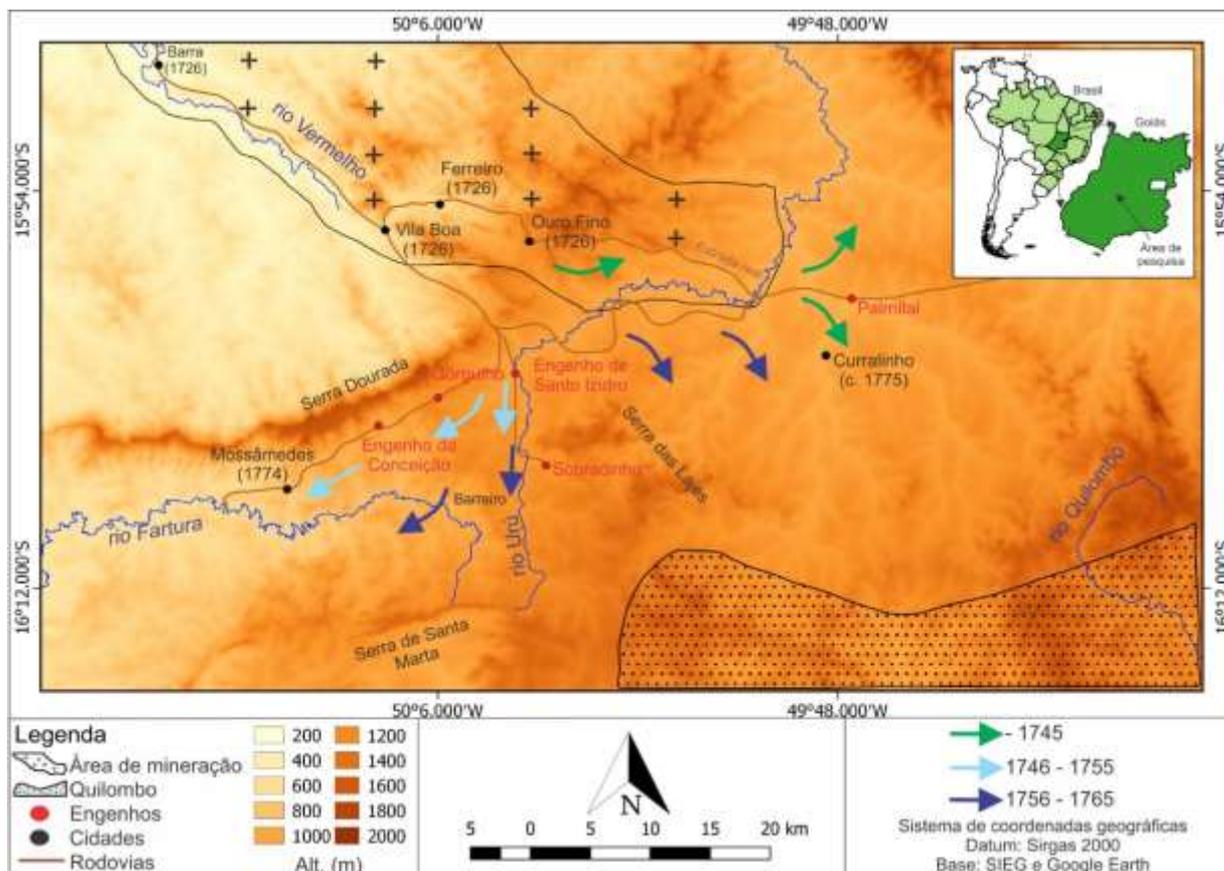


Figura 1: Mapa hipsométrico com alguns dos elementos abordados. Fonte: Souza & Rubin (2018).

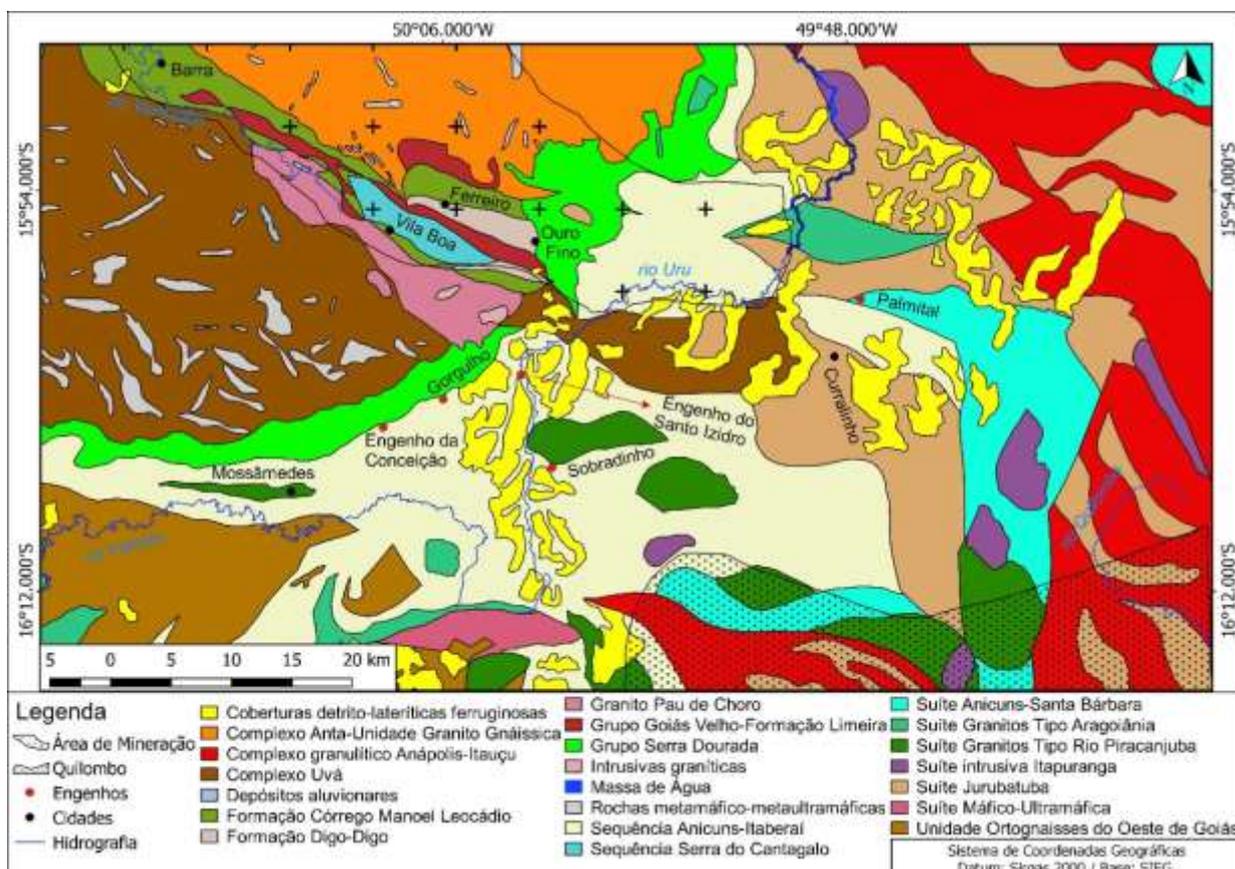


Figura 2: Mapa geológico com as principais unidades. Fonte: Souza & Rubin (2018).

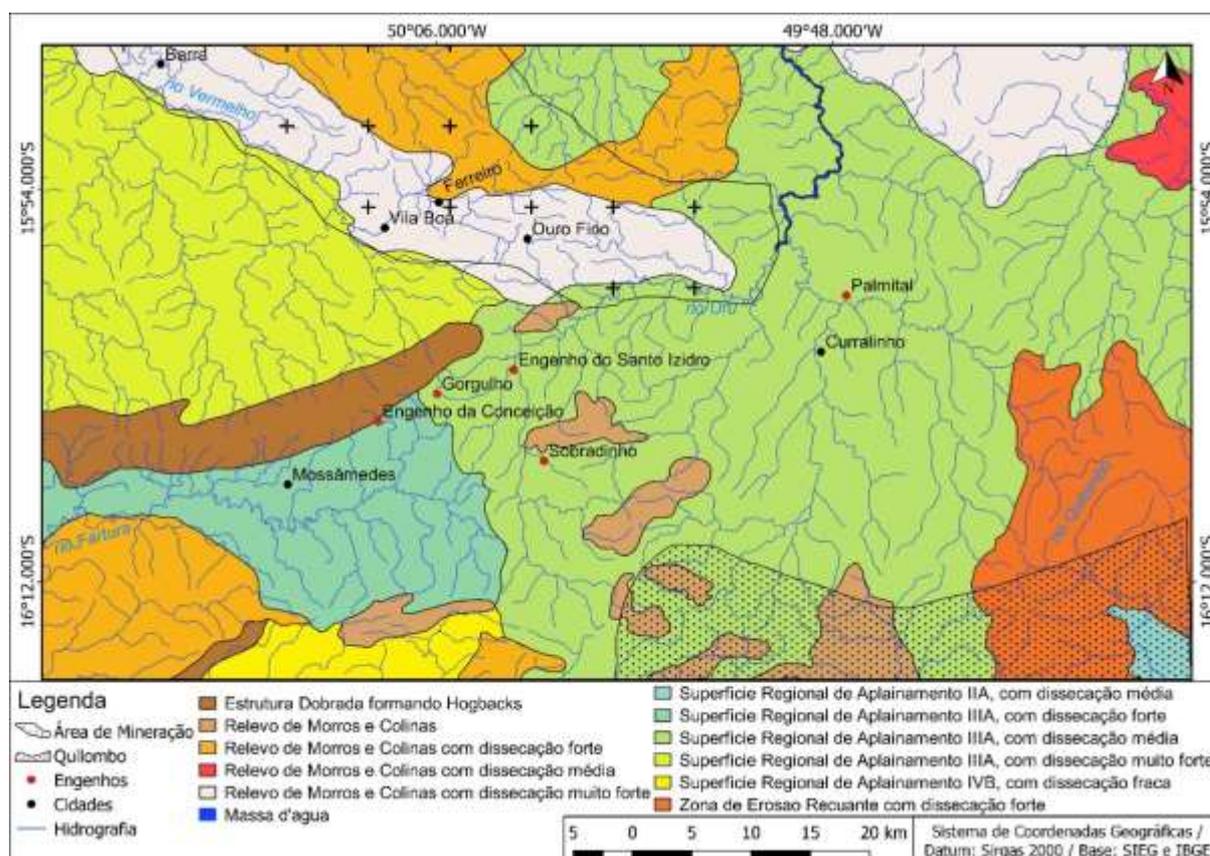


Figura 3: Mapa geomorfológico com a rede de drenagem. Fonte: Souza & Rubin (2018).

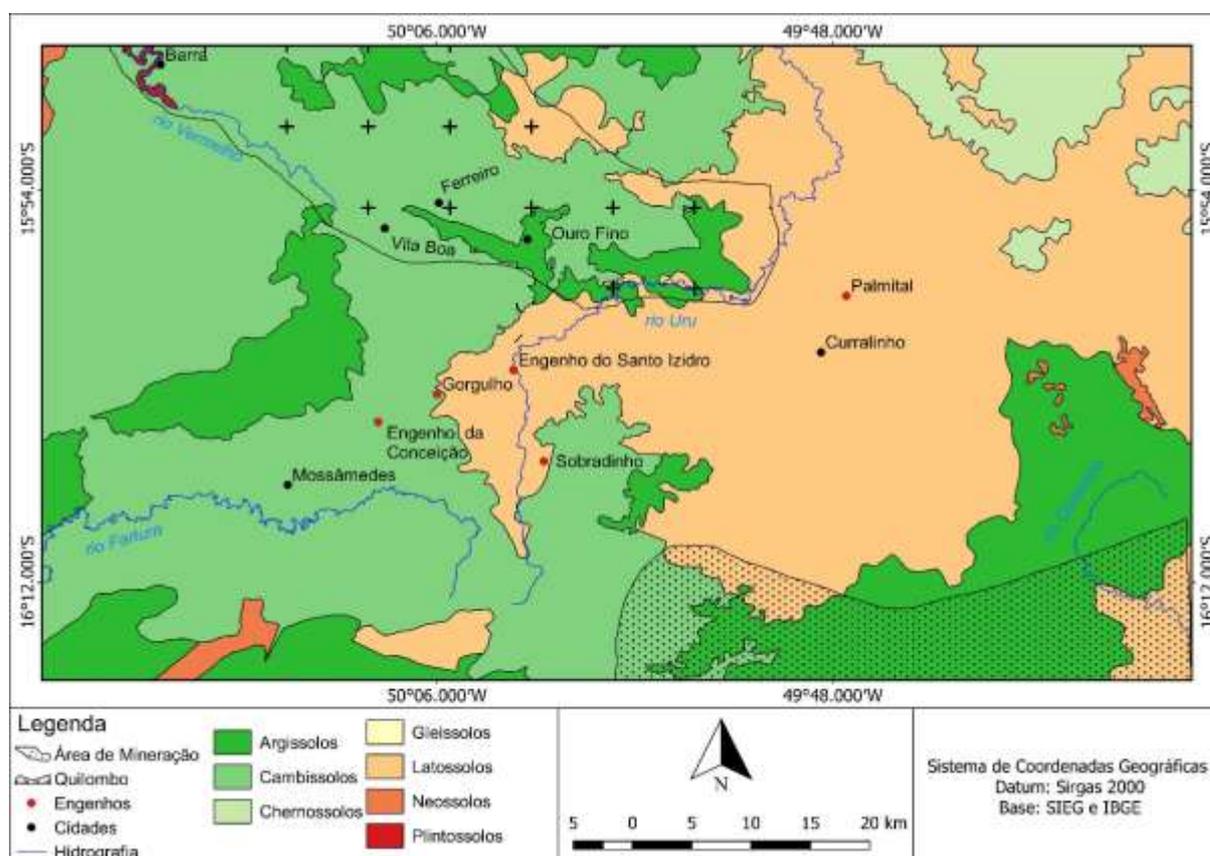


Figura 4: Mapa pedológico e as classes de solos. Fonte: Souza & Rubin (2018).

do Cantagalo), também contendo ouro, próximo do local onde instalou-se Vila Boa. Esse momento exploratório inicial, em relação à paisagem e à mineração, segundo SOUZA & RUBIN (2018, p. 9),

[...] caracterizou-se por um tipo de ocupação que Rockman (2003, p. 10) denominou “point and arrow”, which represents movements in which colonizers “stream” towards new areas, leaving the areas in between uncolonized and the new lands in relative isolation. Essa modalidade de ocupação foi característica das zonas de exploração de ouro no Brasil durante o século 18, que eram formadas por manchas (patches) onde se concentravam as atividades de exploração, tendo como epicentro os núcleos urbanos onde habitavam os mineradores e cativos (SINGER, 1977, p. 200).

Visando abastecer as áreas de mineração, surgiram os primeiros assentamentos rurais ao longo da Estrada Real e geralmente próximos aos primeiros núcleos, como o Engenho do Palmital, destinado principalmente à produção de farinha de mandioca e de cana-de-açúcar (BERTRAN, 1997a). Verifica-se que, nessa fase, a paisagem foi um elemento significativo, tanto em relação aos recursos naturais quanto à topografia.

### **3.2 Período 1746-1755**

Nesse período a ocupação da área ocorreu a partir das vilas, das áreas rurais e da mineração. Esse padrão foi definido por ROCKMAN (2003) como movimentos relativamente regulares em

distâncias curtas, na direção de áreas adjacentes àquelas já conhecidas. Nessas situações, a nova área será explorada e apreendida, por meio de uma combinação de orientações de curta distância e preenchimento substancial, antes que o próximo movimento seja feito.

A expansão ocorreu principalmente na região ao sul da Serra Dourada, entre o sopé da serra e a área ocupada atualmente pelo município Mossâmedes<sup>1</sup>, favorecida pela descoberta de ouro. Nessa exploração, novamente, elementos da paisagem se destacam, principalmente os cursos d'água com potencial exploratório mineral, uma vez que o embasamento geológico é constituído por metaconglomerado do Grupo Serra Dourada (unidade B), contendo ouro e diamante, e que ocorre em uma faixa paralela a Serra Dourada. Quanto aos tipos solos, predominam os Cambissolos, com presença de Argissolos nas proximidades da Serra Dourada e de Latossolos na extremidade leste.

As informações relacionadas à fase inicial da mineração regional são escassas, principalmente no que tange à técnica de prospecção utilizada, o que permite estabelecer uma série de considerações e hipóteses. Dentre as hipóteses, uma envolve o combate com os índios Kayapó do Sul com a busca pelo ouro (ATAÍDES, 1998), uma vez que, por meio de Baltazar Bueno, profundo conhecedor dos sertões,

<sup>1</sup> Requerimento de Estevão Cabral de Távora, AHG, sesmarias, Cx.2, Pcte 9, n.9, 13.12.1754; requerimento de João de Macedo e Faro, AHG, sesmarias, Cx.1, Pcte 12, 19.11.1750; Requerimento de João Rodrigues Lobato, AHG, sesmarias, Cx.1, Pcte 6, n.5, 3.12.1752; 12

Requerimento de José Alves da Cunha, AHG, sesmarias, Cx.1, Pcte 4, 12.10.1750; Requerimento de Manuel Vaz de Almeida, PEG, sesmarias, avulsos, março 10, n. 478, 15.12.1750.

descobriram-se os depósitos próximos da Serra Dourada e em Anicuns (MOREYRA, 2015; BERTRAN, 1997b; AGUIRRA, 1998) (Figura 5).

Considera-se que o ouro presente nessa área está associado aos aluviões dos metaconglomerados do Grupo Serra Dourada e aos quartzitos e metaconglomerados do Grupo Goiás Velho, Sequência Serra do Cantagalo (Moreira *et al.*, 2008). Depósitos aluvionares resultam do transporte e da deposição de sedimentos, originados principalmente do intemperismo das rochas, por canais fluviais, podendo conter recursos minerais. Assim, é uma paisagem constituída por elementos determinantes para a mineração.

Apesar de os métodos de exploração não serem tratados neste artigo, cabe mencionar que os depósitos aluvionares são caracterizados por serem mais fáceis de exploração em relação aos filões ou veios associados a rochas, uma vez que o depósito é inconsolidado. Para SOUZA & REIS (2006), no período colonial, a mineração era realizada basicamente em depósitos aluvionares e em filões ou veios, sendo que a diferença na exploração entre um e outro estava na técnica, bem complexa e dispendiosa nos filões. Isso é especialmente válido para o caso de Goiás, onde a mineração foi praticada, sobretudo, nos seus momentos iniciais, nos depósitos associados aos ribeirões auríferos (BERTRAN, 1991)<sup>2</sup>.



Figura 5: Mapa de Goiás de Angelo dos Santos Cardoso, 1753 (reprodução parcial) com indicação das aldeias de Vila Boa (A), Ferreiro (B) e Ouro Fino (C), além da Serra Dourada. Ao sul, tem-se a área não conquistada, conhecida pelos colonizadores como “Sertão do Gentio Cayapó” (gentil Cayapo interland). Fonte: SOUZA & RUBIN (2018).

<sup>2</sup> De acordo com LEINZ & LEONARDOS (1977, p. 10), aluviões é uma “designação genérica que engloba os depósitos recentes, de origem fluvial ou lacustre, constituídos de cascalhos, areias, siltes e argilas das planícies de inundação e do sopé dos montes e das escarpas”. O ouro costuma associar-se a cascalhos, classificados pelos autores como fragmentos de rochas e minerais com dimensões entre 2 e 256mm, com base em WENTWORTH (1922). A partir da definição, verifica-se que os aluviões estão

condicionados às características dos rios, córregos e outros, como padrão de canal e vazão. A intensidade dos processos erosivos e deposicionais associados ao canal também exerce influência nas características e na distribuição dos aluviões. Alterações no traçado de um canal, seja natural, seja por ação antrópica, pode modificar as características dos depósitos associados ou mesmo o padrão do canal e, com isso, a distribuição de bens minerais, como o ouro.

Ao abordar a paisagem e a mineração, uma das principais hipóteses que pode ser apresentada, no que tange à descoberta de ouro na área, está relacionada com a geologia. O metaconglomerado aurífero é parte do substrato dos núcleos urbanos pioneiros, aflorando em alguns pontos. A identificação do potencial mineral da área pode estar conexas com a presença do ouro no metaconglomerado, direcionando a exploração para os aluviões, por demandar menores recursos financeiros. Outro fator significativo que envolve essa hipótese é a relação entre diferentes elementos da paisagem, como rocha, depósito secundário, compartimentação e dinâmica paisagística, o que pode ser discutido nos conhecimentos empíricos e técnicos envolvidos.

Ainda concernente à compartimentação da paisagem e da mineração, é possível considerar que influenciaram na busca pelo controle das terras relacionadas com a mineração. Tal controle é ressaltado no fato de que a unidade do Grupo Serra Dourada que contém a mineralização de ouro está inserida na poligonal e na área do Ferreiro. Uma pequena área no limite oeste se inscreve fora da poligonal, que parece ter sido delimitada para incluir a unidade mineralizada, além dos depósitos aluvionares e uma topografia favorável à agricultura e à pecuária, que também poderia ter o conglomerado mineralizado no embasamento.

O jornal *Notícia Geral da Capitania de Goiás*, de 1783 (in BERTRAN, 1997a) fez menção à atividade de mineração na margem direita do rio Fartura, destacando quatro afluentes, sendo a cidade de

Mossâmedes encontrada entre dois deles. Ao que parece, o ouro encontrado nessa região se esgotou rapidamente, ocasionando o êxodo de parte dos mineiros. O fato favoreceu a formação de sesmarias que originou um pequeno núcleo agricultor na localidade, que passou a concorrer com a mineração do ouro.

A segunda zona de expansão, localizada ao sul da Serra Dourada e anterior a 1755, seguiu o curso do rio Uru a montante. Ela foi ocupada pelo Engenho de Santo Izidro, destinado principalmente à produção de cana-de-açúcar, limitando-se ao sul com a localidade conhecida por Barreiro. Esse engenho encontrava-se implantado em uma área privilegiada para a agropecuária, relativamente plana, predominando solo do tipo Latossolo, na confluência do rio Uru, de quinta ordem, com uma boa densidade de drenagem no entorno.

A área apresentava condições atrativas para a agricultura, sendo que a disponibilidade hídrica pode ter sido o fator preponderante para a escolha do local, uma vez que é significativo no Bioma Cerrado, onde as vazões podem apresentar uma variação acentuada entre o verão (período chuvoso) e o inverno (temporada de estiagem), tema que será retomado mais adiante. Nesse sentido, a propriedade teria disponibilidade de uma boa vazão média anual, o que deve ter contribuído para suprir um reservatório que havia na propriedade. Com dimensões aproximadas de 46,0 x 26,0 metros, devia garantir a viabilidade de água, mesmo na estação seca mais rigorosa (SOUZA, 2015).

A mineração e os reservatórios podem ter alterado as características dos cursos d'água, principalmente na vazão, no transporte e na deposição de sedimentos, e conseqüentemente do ouro, podendo afetar a deposição de cascalhos. A diminuição da vazão, por exemplo, afeta o transporte de cascalhos podendo mudar a posição da deposição no canal fluvial ou até mesmo ficar mais concentrado próximo da nascente. Nesse sentido, para outras considerações, será importante uma investigação detalhada sobre a captação das águas das drenagens auríferas da região e as alterações nos traçados dos canais, sob a perspectiva da diminuição da produção mineral.

O Engenho de Santo Izidro, dependendo da base cartográfica, não estava inserido em um contexto totalmente condicionado à Serra Dourada, uma vez que as drenagens nascem no sentido oposto, com forte influência da Serra das Lajes. Ao que sugerem as fontes documentais, a mineração não se estendeu para essa parte do rio Uru, talvez, pela ausência de aluviões exploráveis em consequência do embasamento geológico. Por desconhecer esse quadro, provavelmente, seu proprietário utilizou o transporte de água para essa área de cultivo com intuito de também prospectar ouro no local. Foram identificadas inúmeras ramificações feitas a partir da levada principal de água e, no seu fim, de concentrações esparsas de cascalho, indicando atividade mineratória de ouro (SOUZA, 2015).

A implantação das sesmarias identificadas apresenta uma profunda interação com elementos da paisagem, de modo a estabelecer fronteiras físicas. Esse foi o caso das sesmarias pioneiras,

onde seria criado o município de Mossâmedes, que se fechava, por um lado, pela Serra Dourada e, por outro, pelo rio Fartura. Sem exceções, os requerimentos de sesmarias encontrados para o período definiram a margem direita desse rio como o limite sul da propriedade, o qual nasce na Serra de Santa Marta, correndo para oeste. Ele apresenta um índice de sinuosidade médio superior a 1,5, compatível com canais meandranes (CHRISTOFOLETTI, 1980), destacando-se alguns segmentos retilíneos distribuídos em todo o canal.

Com base nas imagens de satélite disponibilizadas no Google Maps, pode-se notar que, da nascente até as proximidades com o ribeirão Cerrado, a planície aluvial é predominantemente estreita, tendo condicionamento estrutural. Em situações como essa, o canal apresenta uma área reduzida para migrar, ficando limitado pelas margens, muitas vezes, ocasionando a erosão dos depósitos anteriores, destacando-se margens côncavas e convexas. A margem convexa se caracteriza pelo processo deposicional e pela baixa declividade, o que favorece o acesso ao canal. Nele, os aluviões podem ser alcançados com mais facilidade e a margem côncava ser resultante da ação erosiva do canal, dando origem a "barrancos" com um ângulo maior, geralmente de 90°. Nessa margem, os cascalhos dos aluviões, se presentes, podem estar inseridos no barranco, processo deposicional pretérito, ou junto à margem, deposição recente e acessíveis durante os períodos de estiagem.

Nesse segmento, as imagens de satélite permitem identificar uma

quantidade significativa de depósitos aluvionares junto ao canal e à estreita planície aluvial, indicando um intenso processo de transporte e deposição de sedimentos. Alguns segmentos apresentam feições como atalho em colo, com as quais é possível identificar as alterações no traçado do canal. Dadas essas características particulares, o canal mostra-se com elementos físicos distintivos e, portanto, hábeis para servir de referência para as pessoas que lá viveram. Por possuir essas qualidades, os colonizadores o elegeram como aliado, passando a funcionar, nesse período, como obstáculo e fronteira. Somando-se aos limites impostos pela serra, situada a norte, apresentou-se como espaço definidor. No desejo colonial de expansão, a paisagem dessa localidade constituiu-se como uma fronteira em parte abstrata, em parte concreta, estabelecida a partir da interação entre seus diferentes elementos constituintes.

### **3.3 Período 1756-1765**

Nesse período, a ocupação da área foi direcionada no sentido sul, primeira zona de expansão, mais precisamente a nordeste da Serra das Lajes, para a qual são escassas as informações relacionadas com o tema. Talvez, tenha sido ocupada por proprietários de menores posses. Essa conjectura encontra suporte no que se sabe sobre a Vila de Currálinho, criada no período de 1775 por agricultores de poucas posses (PINHEIRO, 2003).

A expansão a montante do rio Uru, segunda zona de expansão, encontrou solos e topografia propícios à agricultura e à pecuária, destacando-se a Fazenda Sobradinho, objeto de pesquisa arqueológica. Posteriormente,

essa expansão chegou próximo das nascentes do rio Uru. Em relação à implantação das fazendas, a análise das características ambientais indica o predomínio de terrenos mais planos, solos com razoável aptidão agrícola e condições hídricas favoráveis, uma vez que existiam drenagens próximas, acessíveis, e com vazão capaz de sustentar a atividade na temporada de estiagem.

A terceira zona de expansão ocorreu na região de Mossâmedes, principalmente à margem direita do rio Fartura, representada pelos engenhos da Conceição e Gorgulho. Esse segmento possui uma densa rede de drenagem, tendo como principal curso d'água o rio Fartura, cuja nascente não está condicionada à Serra Dourada. Alguns córregos e ribeirões dessa localidade têm suas nascentes na Serra Dourada. Como exemplo, o principal córrego que corta o município de Mossâmedes tem afluentes da margem direita que nascem na serra e outros, no planalto rebaixado, principalmente de 1ª e 2ª ordens, de acordo com a classificação de STRAHLER (1957).

Quanto ao processo de expansão nesse período, uma diferença muito significativa pode ser identificada: os sesmeiros que ocuparam as terras situadas na margem direita do rio Fartura poderiam ser indivíduos que ocupavam os segmentos intermediários das elites da região; aqueles que ocuparam as terras situadas a jusante do rio Uru se localizavam no topo da hierarquia social. Segundo SOUZA & RUBIN (2018, p. 17):

*É interessante notar que essas diferenças se associam a qualidades intrínsecas da paisagem, na medida em que, ao longo do rio Uru – a faixa*

*ocupada pelos mais poderosos – as condições ambientais eram em geral mais propícias para a circulação de pessoas e animais, o cultivo e a criação, sobretudo se entendimentos de época sobre as melhores áreas para agricultura e pecuária são levados em conta (SOUZA & RUBIN, 2018, p. 17).*

Algumas observações podem ser estabelecidas em relação à ocupação da área, destacando variáveis, como a topografia, uma vez que a zona de expansão do terreno que seguiu o rio Uru mostrava-se plana e suave ondulada, o que permitia, por exemplo, a criação de caminhos livres de embarços e o fácil trânsito de carros de boi, além de facilitar a canalização de água até os engenhos. Em contrapartida, a expansão que seguiu o rio Fartura encontrou terrenos ondulados com morros e colinas dissecadas, o que poderia ter sido um obstáculo para a produção e o transporte de gêneros.

Quanto aos tipos de solos na zona de expansão do rio Uru, nota-se a presença significativa de Latossolos, sobretudo, na localidade ocupada pelo Engenho de Santo Izidro, enquanto na zona do rio Fartura, apresentam-se na sua totalidade Cambissolos. Embora a fertilidade desses solos pudesse ser variável (REATTO et al., 1998), parece se associar às diferentes paisagens que se constituíram na região.

Ambas as zonas de expansão possuíam uma densa rede de drenagem com algumas diferenças em relação ao padrão, dendrítica entre a Serra de Santa Marta e a Serra Dourada, e não bem definida ao sul da Serra de Santa Marta e na região do rio Uru, com uma leve tendência a paralela, com segmentos retangular e dendrítica. De

acordo com CHRISTOFOLETTI (1980) e RICCOMINI (2001), os padrões de drenagem estão relacionados com a litologia e as estruturas do embasamento.

Para o aprofundamento da pesquisa, no que se refere à influência da rede de drenagem na ocupação da área, é necessária a caracterização das bacias hidrográficas, que pode ser realizada segundo diferentes procedimentos metodológicos, como aqueles sugeridos por CHRISTOFOLETTI (1980): hierarquia fluvial, análises areal, linear e hipsométrica. Nessa percepção, TRAJANO et al. (2012) ressaltam a importância do índice de circularidade, relação entre a área e o perímetro da bacia, uma vez que as formas alongadas ajudam o escoamento, estando menos propícias a inundações, em condições normais de precipitações pluviométricas, e que as formas circulares favorecem as inundações. Entretanto, o problema do transporte de água na região do rio Fartura, com rios sinuosos e relevo mais ondulado, podia ser superado, por meio da adoção de técnicas específicas para a construção de canais, contornando as elevações e utilizando-se da gravidade. Essas técnicas já foram usadas em outras zonas mineradoras de Goiás no século XVIII (e.g. MADUREIRA, 2005).

No que diz respeito à rede de drenagem, verifica-se que as grandes propriedades estavam colocadas estrategicamente juntas ou sendo interceptadas por drenagens. Isso garantia uma vazão razoável durante o ano, sendo fundamental no Cerrado, pois o inverno se apresenta como uma estação seca, capaz de comprometer seriamente o escoamento dos cursos

d'água na região, como já mencionado (VIEIRA et al., 2014). Esses autores estabeleceram uma relação entre a precipitação e a cota do rio Vermelho, nas proximidades da Cidade de Goiás (antiga Vila Boa), de 1996 a 2001. No seu estudo, a cota mais baixa foi de 45cm e a precipitação próxima de zero milímetros, enquanto a cota máxima alcançou 180cm e a precipitação de 550mm.

Esses dados ilustram uma variação significativa na vazão, exigindo medidas de ajustes para a disponibilidade hídrica durante o inverno seco. Com a expansão colonial no período compreendido entre 1746 e 1765, é possível notar que os dois cursos d'água de maior volume existentes guiaram a ocupação. Associou-se à essa expansão a criação de novos caminhos que seguiram o curso das duas zonas, conectando-a ao Caminho Real e aos principais núcleos urbanos na região, conforme dão conta diferentes mapas do período<sup>3</sup>.

#### 4. EM RELAÇÃO AOS QUILOMBOS

As evidências associadas a quilombos na região estão concentradas a sudeste da zona de expansão que seguiu o rio Uru. Situada criticamente entre a zona de ocupação colonial e o território Kayapó, essa expansão associou-se a diferentes elementos presentes na natureza, de modo a fazer frente aos riscos a que seus ocupantes se viam expostos. SOUZA & RUBIN (2018, p. 19) mencionam que

*Embora ainda não tenham sido localizados sítios arqueológicos associados a esse tipo de ocupação, diferentes linhas de evidência sugerem sua presença. As principais evidências disponíveis envolvem em uma série de topônimos indicativos de quilombos e que já eram mencionados pelo menos desde meados do século 19<sup>a</sup>. Esses topônimos incluem denominações tais como “Quilombo”, “Rio Quilombo” e “Serra do Quilombo”, bem como outros cuja etimologia é sugestiva de uma presença afrodescendente, tais como “Congomé” e “Manuel Congo”. Soma-se a essas evidências a presença, na mesma região, de uma comunidade que no século 20 era tida como remanescente de população quilombola e conhecida como “ Pretos da Serra” (PINHEIRO, comunicação pessoal, 7 de julho de 2016).*

Mencionam também um sítio da primeira metade do século XIX, localizado não muito distante desse local, e estudado por NÓBREGA (2014) que corrobora essa suposição. Segundo a autora, as evidências encontradas nesse sítio sugerem que em seu espaço viveu uma “comunidade do mato” que, conforme definida por AGOSTINI (2002), refere-se a populações afrodescendentes que viviam no “entre mundos”, vindo a ocupar, no passado, espaços liminares na sociedade.

Desse modo, alguns aspectos da paisagem devem ser considerados, dada a ocupação da área pelas comunidades quilombolas. Destaca-se o fato de que parte dessa região possuía uma cobertura vegetal conhecida por “mato grosso de Goiás” que corresponde às

<sup>3</sup> “Carta topográfica do país dos rios Claro e Pilões”, Thomás de Souza (1772); “Mapa de Vila Boa de Goiás e tudo o mais que pertence a seu termo” (autor desconhecido, 1758).

<sup>4</sup> Esses topônimos aparecem mencionados no levantamento de proprietários de terras da província de Currálinho, Goiás, realizados entre 1856 e 1857 (Registros Paroquiais de Terras, Currálinho, IPEHBC).

formações florestais do Bioma Cerrado, com árvores de grande porte, uma cobertura que podia oscilar de 50% a 90% e um estrato arbóreo, variando de 8 a 15 metros de altura (RIBEIRO & WALTER, 2008). Apresentava-se, certamente, como uma mata mais fechada em relação às demais fitofisionomias do Cerrado e, nesse sentido, oferecia ótimas condições de camuflagem para os quilombolas.

O relevo mostrava-se também distinto do circundante. A área onde se situava apresentava uma variação mais acentuada na altimetria, quando comparada às descritas anteriormente. Essa área resulta de um processo de aplainamento que originou uma superfície dissecada com cotas, variando entre 700 e 800m (dissecação média), com alguns morros e colinas (LATRUBESSE & CARVALHO, 2006). Apesar de a dissecação ser média, favoreceu a formação de vales encaixados, delimitados por vertentes íngremes, com solos rasos, intercalados com áreas mais planas.

A associação entre a variação altimétrica mais acentuada e a presença de cotas mais elevadas, com a formação de morros e colinas, podia permitir maior controle visual do espaço. Além disso, tornava mais difícil a identificação dos assentamentos existentes, bem como o deslocamento de pessoas pouco familiarizadas com essa paisagem. Nesse sentido, constituía-se em local de vigilância e abrigo adequado. Soma-se a esses dados o fato de o solo nessa parte ser predominantemente composto por Argilossolos de baixa fertilidade natural e que as rochas do embasamento não apresentam potencial para exploração de ouro. Dessa forma não possuía

interesse econômico, ficando, assim, salvo de interesse dos colonizadores.

Apesar de essa feição predominante, a região podia apresentar, em alguns pontos, acesso mais fácil e melhores condições para a agricultura (plana e com predomínio de Argissolos e Cambissolos). Esses pontos situavam-se em locais abrigados, cercados por morros e, dessa forma, também protegidos dos colonizadores. Essas localidades podiam se constituir em um recurso importante para atividades agrícolas de subsistência ou produtivas, à margem da economia colonial. Esse era o caso da localidade onde se situa o rio Quilombo, implantado em uma área protegida por morros, encaixava-se em uma baixada com solos mais férteis e terreno aplainado. Características intrínsecas de alguns pontos dessa paisagem garantiram a subsistência dos grupos que lá viviam:

*Não existe qualquer evidência documental conhecida que mencione a existência desses quilombos ou esforços para sua erradicação. Esse silêncio serve como uma evidência de que as associações entre quilombolas e características ambientais específicas nessa região foram bem-sucedidas. Essa trajetória de sucesso pode ser também medida pelas populações que se sucederam a essas. Isso porque, conforme mencionamos anteriormente, pelo menos parte das comunidades que aí viveram no século 20 se identificavam como descendentes de quilombolas, sugerindo que a experiência desses indivíduos foi continuada na localidade. Ainda que inserida em um contexto de fronteiras perigosas, essa comunidade parece ter encontrado os meios para sua perpetuação (SOUZA & RUBIN, 2018, p. 21).*

O compartimento ambiental que os quilombolas ocupavam reunia qualidades e capacidades específicas ligadas a tipos particulares de geologia, solos, relevo, altimetria e vegetação. Pode-se inferir que a soma desses atributos tenha sido um dos fatores principais para a sobrevivência dos ocupantes dessa paisagem. Era um ponto seguro e protegido de eventuais ameaças dos colonizadores, por não apresentar as características de lugares de exploração pela mineração. Assim, as análises de reflexão sobre a escolha da área para os quilombos se revelam de suma importância para as hipóteses e as considerações sobre o tema.

##### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: APROPRIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM NA REGIÃO**

A apropriação e a construção da paisagem na região foram produto de uma série de interações entre pessoas e coisas. No lado humano, essas interações mostraram diferentes interesses, motivações e objetivos, influenciados por conhecimentos técnicos ou empíricos, adquiridos à medida que se estabeleceram. No lado das coisas, tais interações relacionaram-se às suas qualidades intrínsecas, que possuíam propriedades reais e objetivas. Na região, em muitas instâncias, as coisas foram relevantes, abrangendo aquelas listadas por LATOUR (2005): autorizar, proporcionar, encorajar, sugerir, influenciar, bloquear, tornar possível e proibir. A partir daí os contornos espaciais foram definidos, o que permitiu estabelecer as considerações a respeito da paisagem, as variáveis específicas, a apropriação e a construção da mesma, sob a

perspectiva da Geoarqueologia e da Arqueologia da paisagem.

SOUZA & RUBIN (2018) ressaltaram duas conclusões em relação à ocupação da área. A primeira destacou que a ocupação humana na região estava profundamente imbricada com os componentes naturais da paisagem, e que na expansão do Mundo Moderno aconteceu exatamente o contrário do que os estudos sobre a “paisagem social” têm procurado obsessivamente demonstrar: quanto mais o social aparentava ter primazia sobre o natural, e dele se distanciar, mais a ele se *entangled [enmeshed]*. Esse paradoxo foi há muito notado por LATOUR (1993) no seu estudo sobre a condição moderna. O caso examinado pelos autores refere-se a uma situação de primeiros encontros entre diferentes sujeitos, materialidades e agentes. Tendo em mente as considerações acima, acredita-se que, em situações dessa ordem, têm-se condições de contribuir para as reflexões acerca das formas iniciais de constituição do Mundo Moderno e das relações que se estabelecem depois disso, nas quais estão ligadas de forma indissociável: cultura, sociedade e natureza.

A segunda conclusão refere-se às formas como essas constituições aconteceram no Brasil. A sociedade colonial possuía uma organização estamental, profundamente hierarquizada. Etnicidade e poder eram apenas algumas das categorias relacionadas à essa organização social. Esse tipo organizacional exigia que associações entre pessoas, coisas e ideias se processassem intensamente dentro de um alto nível de complexidade. Essa constituição teve como resultado um

*overwhelming* conjunto de associações. A criação de redes hierárquicas, o alto nível de implicação dos elementos naturais, o *unsettlement* de populações indígenas e a criação de novas etnicidades são algumas das muitas implicações dessas relações, naquele momento constituídas.

### **Agradecimentos**

Somos especialmente gratos a Antônio César Caldas Pinheiro, por sua colaboração nesta pesquisa. Muitos dos dados documentais aqui apresentados foram o produto de suas sugestões e contribuições. Também nossos agradecimentos a Daniel dos Santos Correa e a Mariana Menge Nieto, pela ajuda na elaboração dos mapas, e a Mariana Garcia de Souza, pela formatação.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- AGOSTINI, C. Entre senzalas e quilombos: "comunidades do mato" em Vassouras do oitocentos. In: ZARANKIN, A., SENATORE, M. X. (Eds) *Arqueologia da sociedade moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Del Tridente, 19-30. 2002.
- AGUIRRA, J. B. C. Parentes Provisões e Sesmarias concedidas pelos governadores da capitania de São Paulo, referentes ao atual estado de Goiás em 1726 a 1742. Goiânia: Arquivo Histórico de Goiás. 1998.
- ATAÍDE, J. M. Sob o signo da violência: colonizadores e Kayapó do sul no Brasil central, 4. Goiânia: UCG. 1998.
- BERTRAN, P. Desastres ambientais na capitania de Goiás. *Ciência Hoje*, 12(70), 40-48. 1991
- BERTRAN, P. Notícia geral da capitania de Goiás em 1783, 1. Brasília: Solo. 1997a.
- BERTRAN, P. Notícia geral da capitania de Goiás em 1783, 2. Brasília: Solo. 1997b.
- CHRISTOFOLETTI, A. *Geomorfologia*. São Paulo: Edgar Bluchert. 1980.
- LATOUR, B. *We have never been modern*. Cambridge: Harvard University Press. 1993.
- LATOUR, B. *Reassembling the social*. Oxford: Oxford University Press. 1995.
- LATRUBESSE, E. M. & CARVALHO, T. M. *Geomorfologia do Estado de Goiás e Distrito Federal*. Goiânia: Secretaria da Indústria e Comércio/Superintendência de Geologia e Mineração. 2006.
- LEINZ, V. & LEONARDOS, O. H. *Glossário geológico*. São Paulo: Nacional. 1977.
- LIMA, F. R. *Parque Estadual da Serra Dourada: uma opção para o ecoturismo atual e perspectivas futuras*. Brasília: Universidade de Brasília. 2004.
- MADUREIRA, P. J. O ciclo da mineração no município de Luziânia – Goiás: o rego do Saia Velha e as alterações na paisagem. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2005.
- MOREIRA, M. L. O., MORETON, L. C.; ARAÚJO, V. A.; FILHO, J. V. L.; COSTA, H. F. *Geologia do Estado de Goiás e Distrito Federal*: Goiânia: CPRM/SIC – FUNMINERAL. 2008.
- MOREYRA, S. P. *Vida sertaneja, aspirações metropolitanas: alunos da Universidade de Coimbra nascidos em Goiás*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2015.
- NÓBREGA, V. M. M. *O barro na mão do oleiro: ressignificações e sensibilidade através da cultura material*. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás. 2014.
- OLIVEIRA, A. M. S. *Depósitos tecnogênicos e assoreamentos de reservatórios: exemplos de reservatório de Caçapava, rio Paranapanema, SP/PR*. Tese *Revista de Geologia* 32 (1), 2019.

- (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.
- PINHEIRO, A. C. C. Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 2003.
- REATTO, A.; CORREIA, J. R.; SPERA, S. T. Solos do bioma Cerrado: aspectos pedológicos. In: SUELI, M. S. & ALMEIDA, S. P. (Eds) Cerrado: ambiente e flora. Brasília: Embrapa, 47-86. 1998.
- RIBEIRO, J. F. & WALTER, B. M. T. As principais fitofisionomias do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M. & ALMEIDA, S. P. (Eds) Cerrado: ecologia e flora. Brasília: Embrapa, 153-198. 2008.
- RICCOMINI, C.; GIANNINI, P. C. F.; MANCINI, F. Rios e processos aluviais. In: TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M. C. M.; FAIRCHILD, T. R.; TAIOLI, F. (Orgs) Decifrando a terra. São Paulo: Oficina de Textos, 191-214. 2001.
- ROCKMAN, M. Knowledge and learning in the archaeology of colonization. In: ROCKMAN, M. & STEELE, J. (Eds) Colonization of unfamiliar landscapes: the archaeology of adaptation. Londres: Routledge, 3-24. 2003
- RUBIN, J. C. R.; OLIVEIRA, A. M. S.; SAAD, A. R.; BRITO, G. S. Amostragem dos depósitos tecnogênicos associados ao rio Meia Ponte na área urbana de Goiânia-GO. Revista Brasileira de Geomorfologia, 9(2), 3-14. 2008.
- SILVA, O. P. A mineração em Minas gerais: Passado, Presente e Futuro. Geonomos 3(1), 77-86. 1995.
- SINGER, P. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo: Companhia Nacional. 1977.
- SOUZA, M. A. T. O século 18 em Goiás e a visão de mundo barroca: dois estudos de caso. História Revista 20(2), 140-174. 2015.
- SOUZA, M. A. T. Behind Closed Doors: Space, Experience, and Materiality in the Inner Areas of Brazilian Slave Houses. Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage 5(2), 147-173. 2016.
- SOUZA, M. A. T. & RUBIN, J. C. R. Entangled relation: the expansion of a colonial frontier in Central Brazil during the Eighteenth century. In: SOUZA, M. A. T. & COSTA, D. M. (Eds) Historical archaeology and environment. Springer International, cap. 8, 155-179. 2018.
- SOUZA, T. M. F & REIS, L. Técnicas mineratórias e escravidão nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX. In: XII Seminário sobre a Economia Mineira. Belo Horizonte: Cedeplar. 2006.
- STRAHLER, A. Quantitative analysis of watershed geomorphology. American Geophysical Union Transactions, 38, 913-920. 1957.
- TRAJANO, S. R. R. S.; SPADOTTO, C. A.; HOLLER, W. A.; JAUDADETE, M. P. R. R.; FOIS, N. S.; SANTOS, B. B. O.; TOSCHI, H. H.; LISBOA, F. S. Análise morfométrica de bacias hidrográficas - subsídios á gestão territorial. Estudo de caso no alto e médio Mamanguape. Boletim e Pesquisa de Desenvolvimento. Campinas: EMBRAPA Gestão Territorial. 2012.
- VIEIRA, P. A.; FERREIRA, N. C.; FERREIRA, L. G. Análise da vulnerabilidade natural da paisagem em relação aos diferentes níveis de ocupação da bacia hidrográfica do rio Vermelho, estado de Goiás. Sociedade & Natureza, 26(2), 385-400. 2014.
- WENTWORTH, C. K. A scale of grade and class terms for clastic sediments. Journal of Geology, 30, 377-392. 1922.